

UMA LEITURA DA MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA: HISTÓRIA, AGROPECUÁRIA E BEM-ESTAR ANIMAL - PARANÁ, BRASIL (1960 - 1980)

*A Reading of the Swine Production Modernization: History, Farming and Animal Welfare -
Paraná, Brazil (1960-1980)*

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho¹

Bruno Griebler Provin²

Renan Paganini Valentini³

Resumo

O presente artigo analisa as transformações da suinocultura no estado do Paraná, Brasil, nas décadas fundamentais do processo de modernização agropecuária (décadas de 1960 e 1970), tendo em consideração os debates acadêmicos contemporâneos sobre bem-estar animal e direitos dos animais. O artigo aborda os antecedentes, os motivos, a implantação e as características da modernização da suinocultura através do uso de literatura interdisciplinar e de fontes primárias como artigos de jornais, revistas de divulgação do setor, publicações técnicas, uma entrevista e censos agropecuários. As transformações ligadas à modernização da suinocultura são relacionadas ao sofrimento e às alterações na qualidade de vida desses animais, questões geralmente negligenciadas nas análises históricas.

Palavras-Chave: Suíno, Modernização da suinocultura, Bem-estar animal.

Abstract

This article analyzes the transformations of the swine production in the state of Paraná, Brazil, in the fundamental decades of agricultural modernization (1960s and 1970s), taking into consideration the contemporary debates about animal welfare and animal rights. The article addresses the background, reasons, implementation and the characteristics of the swine production modernization using interdisciplinary literature and primary sources such as newspaper articles, trade and technical publications, an interview and agricultural censuses. The shifts related to the modernization of swine production are linked to suffering and changes in the quality of life of these animals, issues generally neglected in historical analyses.

Keywords: Swine, Modernization of swine production, Animal welfare.

1. A modernização da agropecuária sob o prisma do bem-estar animal: um tema negligenciado pelos historiadores

O tema da relação dos seres humanos com os animais é um tema vasto e de longo

¹ Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em História pela University of Guelph (Canadá). Email: miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br.

² Possui graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

³ Graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS).

alcance histórico. Desde os tempos pré-históricos, os seres humanos tem mostrado interesse pelos animais, seja como fontes de alimento, vestuário e objetos feitos de ossos. Além dos usos práticos, os animais têm despertado sentimentos e inspirado filosofias há milênios, como atestam Pitágoras e Plutarco. A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e o Iluminismo, as mudanças sociais e o desenvolvimento científico colaboraram para a disseminação de percepções favoráveis aos animais em um número crescente de pessoas. Anteriormente a esse período essas percepções estavam restritas a um número bastante limitado, a uma elite de filósofos e naturalistas, como demonstrou Keith Thomas (THOMAS, 2010). No século XIX, o avanço da revolução industrial e a urbanização no continente europeu foram acompanhados da chamada revolução darwiniana, com sua noção perturbadora de que os seres humanos são apenas mais uma espécie de animal entre muitas outras, o que trouxe novas consequências filosóficas para as percepções e os debates em torno da proteção dos animais. O século XIX também foi marcado nesse quesito pela emergência de organizações civis humanitárias e legislações contra a crueldade aos animais em países como Inglaterra, EUA e Canadá (KEAN, 1998; INGRAM, 2013).

No entanto, é em paralelo ao movimento ecológico recente, após a década de 1970, que o interesse pela proteção dos animais se difundiu de maneira muito mais expressiva do que antes, principalmente nos países desenvolvidos. Desde a década de 1970, os movimentos pelo bem-estar animal e pelos direitos dos animais têm crescido vertiginosamente, sobretudo, naqueles países (WOODS, 2011; BULLIET, 2005; FRANKLIN; WHITE, 2001). Organizações vegetarianas e de proteção animal contam hoje com milhões de adeptos. Em países em desenvolvimento como o Brasil essa tendência é em geral mais recente e discreta se comparada, por exemplo, com o mundo anglo-americano, embora se mostre um fenômeno social de crescentes proporções e tenha também alguns antecedentes em discussões de cientistas, políticos e intelectuais do final do século XIX e da primeira metade do século XX (HORTA, 2006; DIAS, 2009).

Apesar desse aparente sucesso, o movimento ecológico das últimas décadas e os movimentos pelo bem-estar e direitos dos animais florescem justamente num contexto de crescentes pressões antrópicas sobre o meio natural e de industrialização e confinamento animal, com técnicas de produção intensiva que submetem os mesmos a condições extremamente artificiais e dolorosas de vida.

Dessa forma, enquanto emergiam movimentos de defesa dos animais bastante expressivos em todo o mundo a partir dos anos 1980, como a PETA ou o WSPA, os modelos

de criação intensiva de animais em granjas industriais tem tido uma difusão verdadeiramente global, onde a carne (principalmente bovina, suína e avícola) se caracteriza como uma *commodity* importante na receita de vários países, como é o caso do Brasil. Considerando por esse ângulo, as sensibilidades em prol dos animais parecem um fenômeno tímido se comparados aos processos massivos das mudanças no setor agropecuário nas últimas décadas.

No entanto, é preciso também ter em mente que as sensibilidades favoráveis aos animais não se resumem apenas aos grupos vegetarianos e ativistas, mas se trata de um fenômeno social de espectro muito mais amplo, o que fica evidenciado pelo crescente interesse social e econômico pelos *pets*, ou seja, cães, gatos, pássaros etc.

O historiador Richard Bulliet propôs interpretar a história humana em três fases distintas de relacionamento com os animais: 1) pré-doméstica; 2) doméstica e 3) pós-doméstica (BULLIET, 2005). A era pré-doméstica considera o longo período da formação do animal tipicamente humano até a domesticação de animais não-humanos, há poucos milênios atrás. A era doméstica, muito mais breve, engloba no máximo os últimos 10 mil anos e é caracterizado pela domesticação de várias espécies de animais, que tiveram uma influência considerável na história de várias civilizações, como cavalos, bois, ovelhas, cabras, porcos e galinhas.

Durante esse segundo período, que dura até recentemente (década de 1970), segundo Bulliet, diversas sociedades viveram em intensa proximidade e contato com os animais domésticos, construindo significados os mais diversos sobre eles, mas de modo geral sempre naturalizando e colocando o domínio do ser humano sobre as demais espécies como algo indiscutível e sancionado pelos deuses.

Por fim, emerge a era pós-doméstica, primeiramente nos países desenvolvidos, mas cujo modelo cada vez mais se aplica a sociedades urbanizadas e industrializadas como o Brasil. Nessa nova etapa, marcada por um distanciamento cada vez maior dos locais onde vivem os animais destinados ao abate, surge uma tensão entre por um lado um amor e sentimentalismo pelos *pets*, ou animais de companhia, e uma alienação e sentimentos de vergonha e contestação em relação às práticas de utilização de animais domésticos como comida, como é o caso de porcos, galinhas, bois, cavalos etc (BULLIET, 2005; FITZGERALD, 2010; LÉVI-STRAUSS, 2009; LEE, 2008).

Embora Bulliet possa ser criticado por minimizar os importantes debates e a longa trajetória histórica anteriores a década de 1970 sobre bem-estar animal, podemos concordar com o autor que uma nova intensidade nesse debate se delineia, ou pelo menos, uma difusão

nunca antes alcançada. Nesse contexto, esse artigo procura explorar um tema que para muitos é somente técnico, como a moderna suinocultura no estado do Paraná, tendo em vista a produção acadêmica recente sobre bem-estar e direitos dos animais. Essas discussões vêm se avolumando nos últimos 25 anos entre os historiadores, principalmente dentro da história ambiental, e influenciados por um campo mais amplo dentro das ciências humanas conhecido como *animal studies* (FUDGE, 2014; KEAN, 2012; RITVO, 2004; HRIBAL, 2007).

O estado do Paraná em particular é uma das regiões do Brasil e do mundo onde mais se destaca a produção de alimentos de origem animal e da difusão do modelo de criação intensiva de animais ligados a produção de frango e suíno. Como exemplo disso se destaca a atuação de empresas globais gigantes de alimentos de origem animal, como a Sadia no oeste do estado a partir da década de 1960. Essa e outras empresas menores, como a Frimesa, foram em consonância com a esfera governamental, através dos técnicos ligados a extensão rural, responsáveis por implantar e difundir as técnicas de criação intensiva de animais, onde eles são privados de movimentos e de uma série de instintos para que se possa maximizar a taxa de conversão de cereais em carne.

Esse processo esteve intimamente ligado às técnicas da modernização agrícola e de infraestrutura de transporte do governo militar, que permitiram a produção de ração a um preço viável para o funcionamento desse modelo intensivo de produção animal. Além das mudanças técnicas, o processo de intensificação e confinamento animal foi acompanhado de uma série de discursos técnicos e empresariais sobre a necessidade de adotar um modelo considerado racional e eficiente de produção. Todo esse processo é contemporâneo da difusão das técnicas da Revolução Verde no Paraná, intensificando-se na década de 1970, que barateou e aumentou a produção de cereais, especialmente milho e soja, favorecendo assim a viabilidade no fornecimento de rações para as unidades produtivas.

Além disso, o processo de urbanização brasileira e o rodoviarismo no Brasil favoreceram a expansão econômica das agroindústrias da carne, que cada vez mais foram se especializando em produtos congelados e de rápido preparo, objetivando acompanhar o frenesi da vida das populações urbanas das grandes cidades (BRUM, 1988; CAMPOS, 2011; TEIXEIRA, 1994).

Esse processo descrito resumidamente acima, transformou radicalmente as práticas de criação de suínos, que até a década de 1960 eram criados na maioria dos casos soltos em poteiros e alimentados com restos de alimentos, ou mesmo deixados soltos em roças de milho cultivadas especificamente para esse fim (as safras de porcos). O transporte até os

abatedouros nesse sistema tradicional consistia no tropeirismo de porcos conduzidos por tocadores experientes, os chamados “porcadeiros” (BACH, 2009).

A passagem desse sistema tradicional para o sistema moderno e intensivo acompanhou o crescimento dos frigoríficos (agroindústrias), com consequências profundas para os criadores e para os próprios animais. Essas mudanças nas práticas de criação, e consequentes atitudes e percepções em relação aos suínos são mal estudadas pela historiografia e com dificuldade podem ser encontradas algumas informações dispersas num conjunto desarticulado de artigos e livros de autores de especialidades e linguagens acadêmicas diferentes como sociólogos, geógrafos, economistas e historiadores.

A modernização da agropecuária tem sido descrita e estudada em termos gerais, nas grandes tendências que caracterizaram essas transformações, enquanto as questões mais específicas ou regionais, e não menos importantes, como a suinocultura, tem sido negligenciadas nas suas singularidades históricas (WOODS, 2012; FINLAY, 2004; MAZOYER; ROUDART, 2010; BLAXTER; ROBERTSON, 1995; FEDERICO, 2009; GRAZIANO DA SILVA, 1982; VEIGA, 2007; TAUGER, 2010). Do ponto de vista dos historiadores, a modernização em geral tem despertado pouca atenção e produção acadêmica, talvez pelo tema exigir certa abertura interdisciplinar para além das ciências humanas, o que é incomum entre os historiadores. Essa postura tem tido como consequência a falta de um olhar específico de historiador frente a essa problemática tão relevante para a formação do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a proposta do restante desse artigo é investigar um aspecto relativamente recente e específico, porém mal conhecido e estudado (principalmente pelo olhar de um historiador) da modernização da agropecuária, que é a passagem do sistema tradicional de criação de suínos para o sistema moderno e intensivo, com o objetivo principal de entender as consequências para o bem-estar animal.

Dessa forma, entre outros resultados, esse artigo oferece uma contribuição ao debate mais recente sobre bem-estar animal e direitos dos animais através de subsídios históricos do processo de modernização da suinocultura (SINGER, 2010; POLLAN, 2007; REGAN, 2006; FRASER, 2012; VISAK, 2013). É preciso esclarecer também que não se trata aqui de exagerar no contraste entre o tradicional e o moderno, e afirmar que apenas nas décadas recentes se pensou em produtividade, eficiência ou em técnicas modernas, como apontou Abigail Woods, mas apenas em investigar um específico período histórico de significativas transformações na agropecuária (WOODS, 2012).

2. Os antecedentes: a criação tradicional de porcos

A criação de porcos antes da modernização da agropecuária diferia radicalmente das práticas contemporâneas em várias questões. As raças, a alimentação, os espaços onde os animais viviam e a forma como eram transportados até os abatedouros eram completamente diferentes do modelo implantado no período da modernização. Discorrer brevemente sobre esse período anterior é útil para aquilatar a dimensão das mudanças produzidas durante a modernização agropecuária em termos das condições de vidas dos animais sob um novo sistema técnico e econômico.

É importante ressaltar que ao discorrermos sobre esse modelo da criação tradicional não pretendemos elogiá-lo e exaltá-lo, ou defender modelos semelhantes, ou afirmar que eles eram um paraíso para os animais como sugerem certos setores do movimento pela agricultura agroecológica ou *free range* nos EUA (POLLAN, 2007). É preciso também esclarecer que esse sistema tradicional não era estático, mas apresentou dinâmicas importantes e foi influenciado decisivamente por transformações históricas no século XX, como a construção da ferrovia São Paulo Rio Grande e o crescimento do mercado consumidor da cidade de São Paulo.

A criação de porcos no sistema tradicional predominava no Paraná até a década de 1960 por uma série de razões. Os porcos eram criados principalmente pela sua banha, pois a gordura do porco tinha um alto valor comercial nos centros urbanos do sul e do sudeste, onde era largamente utilizada no preparo dos alimentos nas cozinhas. Além do mais, a banha era utilizada pelos agricultores para conservar as carnes, através da imersão de pedaços de carnes cozidas em latas de banha, em épocas de inexistência de energia elétrica nas zonas rurais. Associado a esta questão da banha está a carne de porco e, também, o fato de o porco ser um animal bastante versátil e excelente aproveitador dos recursos vegetais disponíveis aos pequenos agricultores, desde restos de cozinha e das roças, até milho, abóboras, batatas, sementes de araucária (pinhão) etc.

Nessa questão do aproveitamento dos recursos vegetais disponíveis aos agricultores, se notabilizou no Paraná e também em outros estados, o sistema de safras. Esse sistema consistia no plantio de roças de milho especialmente preparadas para alimentar porcos, geralmente em áreas de fronteira agrícola preparadas por caboclos. A preferência por áreas mais afastadas era para evitar conflitos com vizinhos, pois se corria o risco dos porcos destruírem lavouras. Quando o milho estava maduro os porcos é que realizavam a colheita das espigas, pois eles mesmos derrubavam os pés de milho para alcançá-las.

Após essa “colheita” os porcos engordavam bastante e eram vendidos a comerciantes tropeiristas (os chamados “porcadeiros”) que tocavam varas compostas de centenas de porcos em trajetos variáveis que chegavam a 250 km até os abatedouros ou os trilhos da ferrovia.⁴ Esse sistema foi muito utilizado no Paraná entre as décadas de 1920 e 1960, época de intenso crescimento urbano e de demanda por banha no Sudeste e ao mesmo tempo de inexistência de ferrovias ou estradas de rodagem viáveis em vastas regiões do centro, sudoeste e oeste do Paraná (BACH, 2009, p. 40 e 94).

O tropeirismo de porcos no Paraná foi, portanto, um fenômeno típico e expressivo da primeira metade do século XX, pois, ao contrário do tropeirismo de bois, cavalos e mulas, que ocorria desde o século XVIII e que entrou em decadência no final do século XIX, foi dependente da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande⁵. Isso por que muitos porcos eram transportados vivos até São Paulo pelos trilhos ou eram encaminhados a frigoríficos localizados em Ponta Grossa e Jaguariaíva, de onde a produção de banha seguia via ferrovia. Ou seja, a própria ferrovia São Paulo – Rio Grande ofereceu as condições para que esse tipo de economia e de transporte (sistema de safras e tropeirismo de suínos) fosse viável e atrativo.

O sistema de safras representava uma forma de aproveitamento do milho no período anterior a modernização agropecuária, pois naquele momento não existiam condições de transporte e armazenamento para a produção deste cereal em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Nesse sentido, o porco era considerado um saco de milho que anda. Ao mesmo tempo em que o sistema de safras representava uma forma de aproveitamento energético otimizado das áreas rurais ele também era acoplado a um sistema altamente desperdiçador de energia, pois boa parte da energia do milho e outros vegetais era gasto em exercício físico dos porcos em longas jornadas até os frigoríficos.

Nas regiões de maior altitude do sul do Brasil (área da floresta com araucária), o sistema de safras era complementado com a colheita do pinhão (semente da araucária). Delmir Valentini relata que os porcos eram soltos nas roças de milho no final do verão. Depois desta etapa de alimentação, no início do outono, quando os pinhões começavam a cair das araucárias, os porcos eram soltos nas densas matas de araucária existentes na primeira

⁴ Essa questão do conflito entre vizinhos devido à destruição indesejada de lavouras pelos porcos também foi um aspecto importante na história dos EUA. A questão dos tropeiros de porcos também foi outro aspecto relevante na história dos EUA em regiões ou épocas em que inexistiam ferrovias, caminhões ou outros meios de transporte mais eficientes, como mostrou o historiador Bret Mizzelle (2011); Ver também Capítulo 5 de Cronon (1991).

⁵ A ferrovia São Paulo – Rio Grande ligava a cidade de São Paulo à cidade de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul; foi concluída em 1910 e, na época, atravessava vastas áreas de sertão do interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

metade do século XX para aproveitarem essa fonte natural e abundante de carboidrato em competição com a fauna silvestre (VALENTINI, 2006, p. 46).

Além do sistema de safras, dos pinhões e das sobras de cozinhas, outra forma de alimentação dos suínos digna de nota é o que se chamava de “lavagem”. A “lavagem” era praticada principalmente nas regiões de colonização europeia e foi um importante estímulo à produção de soja antes que esta leguminosa se tornasse uma *commodity* internacional altamente disseminada pelo Brasil. Farias, Reck e Fiske (2010, p. 60-61). relatam que os colonos da região de Santa Rosa – RS utilizavam na década de 1930 a soja misturada com outros vegetais em cozidos caseiros devido ao alto teor de proteína da leguminosa. O trabalho de cozinhar a soja em tachos era realizado pelas mulheres e essa prática migrou junto com os gaúchos descendentes de europeus para o oeste de Santa Catarina e o sudoeste e oeste do Paraná.

Todas essas práticas de alimentação realizadas por caboclos e colonos descendentes de europeus revelam a importância dos suínos para a sobrevivência econômica do pequeno agricultor, pois dentro do sistema diversificado desse tipo de economia, o suíno representava uma fonte de renda extra e que poderia ser vendido ou abatido pelo agricultor no momento em que este julgasse mais apropriado, corroborando a antiga simbologia do porquinho como uma espécie de poupança (TERHORST; SCHMITZ, 2007; FROEHLICH, 2011).

Devido a preferência dos criadores e consumidores pela banha em relação à carne, as raças de suínos eram completamente diferentes das raças modernas. Aquelas eram antigas, derivadas das trazidas pelos portugueses desde o início da colonização europeia, como Piau, Canastra, Macau, Moura, Caruncho, Polanchim e outras denominações (BACH, 2009, p. 26-31; VALENTINI, 2006, p. 49). Essas raças produziam o que se considerava como porco “tipo banha”, ou seja, um animal com um percentual de gordura muito mais elevado no seu corpo em relação às raças introduzidas no período da modernização. Estas últimas, por sua vez, foram chamadas de porco “tipo carne”.

3. A modernização da suinocultura: produtividade e sofrimento animal

A modernização da suinocultura foi um processo que ocorreu em paralelo a modernização da agricultura, que por sua vez foi acompanhada da modernização da economia brasileira e de grandes transformações no contexto internacional. Assim como é o caso da produção vegetal, geralmente estudada quando se fala em Revolução Verde ou modernização do setor agrícola, o que se buscava com a transformação das práticas de criação de porcos era

aumentar a produção e a produtividade através de uma série de técnicas, porém em geral sem levar em consideração o bem-estar ou os direitos dos animais.

Em termos de distribuição espacial da modernização, os três estados do sul do país se destacaram e foram pioneiros no país na disseminação das novas formas de criação. O Paraná possuía o maior rebanho suíno do Brasil na década de 1970, como podemos ver pela Tabela 1 (abaixo), o que torna ainda mais relevante um olhar mais detalhado sobre as práticas da modernização da suinocultura neste estado.

Tabela 1 – Rebanho suíno brasileiro por estado (milhares de cabeças) (1960-1979)

1960				1970			1979		
Estados	Efetivo suíno	%	Posição	Efetivo suíno	%	Posição	Efetivo suíno	%	Posição
PR	3.630	14,2	2º	6.209	19,7	1º	5.651	15,8	1º
RS	5.554	21,2	1º	5.854	18,6	2º	4.082	11,4	2º
MG	3.300	12,9	3º	3.287	10,4	3º	3.825	10,7	3º
MA	1.819	7,1	6º	2.756	8,7	5º	3.594	10,0	4º
SC	2.393	9,3	4º	3.154	10,0	4º	3.512	9,8	5º
BA	1.619	6,3	7º	1.899	6,0	6º	2.558	7,1	6º
GO	1.240	4,8	8º	1.686	5,3	8º	2.464	6,9	7º
SP	2.285	8,9	5º	1.855	5,9	7º	2.161	6,0	8º
Outros	3.735	14,6		4.836	15,3		7.848	21,9	
Total Brasil	25.579			31.540			35.695		

Fonte: IPARDES (1977) e IBGE (1980)

É importante destacar que as criações de suínos na época da modernização se concentravam majoritariamente nos municípios do oeste e sudoeste do estado, como Toledo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Francisco Beltrão e Pato Branco, o que aponta para a tradição dos colonos descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em criar porcos.

Para a modernização da produção de suínos no Paraná foi fundamental a atuação dos técnicos (agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agropecuários). Esses técnicos trabalhavam no órgão de extensão rural estatal (a antiga ACARPA), nos frigoríficos (como a Sadia e a Frimesa), e em outras instituições públicas e privadas da esfera nacional e internacional, como o Ministério da Agricultura e a EMBRAPA Suínos e Aves (instalada em Concórdia/SC, em 1975). Assim como era o caso da produção vegetal, os técnicos promoviam exposições de animais, cursos, palestras, apostilas e programas de rádio com o

intuito de convencer os criadores a adotar técnicas modernas de produção e considerar como uma evolução natural do setor a passagem do porco tipo banha para o tipo carne, a exemplo do que vinha ocorrendo há algumas décadas na Grã-Bretanha e na América do Norte (THOMPSON, 2000; WHITE, 2011; WOODS, 2012; FINLAY, 2004; ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA, 1957; ACARPA, 1965; ACARPA, 1970; ACARPA, 1979). No caso de uma apostila de 1970 publicada em Marechal Cândido Rondon, Joaquim Felipe Laginski, um dos autores, era veterinário da ACARPA e foi também o primeiro presidente da Associação Paranaense de Suinocultores, fundada em 1971 (LAGINSKI; PIOTROWSKI, 1970).

A adoção de novas raças de porcos era vista como um fator fundamental para o sucesso da modernização, pois as raças importadas eram mais produtivas (tempo de vida até o abate menor e com maior taxa de conversão). Para que ocorresse essa substituição foram feitas inúmeras importações de reprodutores a um custo elevado, pois até o início da década de 1980 não havia inseminação artificial no estado (PARANÁ SUINÍCOLA, 1980, p. 16; SUDESUL, 1980, p. 35 e 44).

Os jornais dos principais municípios criadores do estado, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira contêm inúmeros artigos e avisos referentes ao setor da suinocultura, incluindo sobre essa questão dos reprodutores. A seguir, apresentamos aviso contido em jornal de Toledo, de 1968:

Segundo determinação da Diretoria do Frigorífico, a Granja de Suínos será aumentada ainda este ano, para que possa atender aos crescentes pedidos de reprodutores e criadeiras. Ainda este mês, virão mais 30 criadeiras de alta linhagem adquiridas em São Paulo. Em março virão também da Exposição Feira de Curitiba, uma dezena de animais premiados. Ótima notícia para os criadores da região. As Organizações Sadia gestionam a importação direta do grande campeão Duroc Jersey, da Exposição do Texas, USA, a ter lugar ainda neste semestre de 1968 (A VOZ DO OESTE, 1968, p. 15).

O excerto de jornal acima demonstra a importância da empresa Sadia para fomentar a nova suinocultura. A inserção desta empresa no Paraná, fundada na década de 1940 no oeste catarinense, se dá no município de Toledo a partir de 1964 (TEIXEIRA, 1994). Naquele município do oeste do estado instalou o maior frigorífico de suínos do Paraná, o Frigobrás, numa região estratégica, pois o oeste vinha recebendo levas contínuas de descendentes de europeus (gaúchos e catarinenses) desde a década de 1950, uma mão-de-obra disciplinada e acostumada, para não dizer inclinada, a criar suínos.

Além do mais, a região oferecia vantagens ecológicas, como topografia plana e ideal para a mecanização das lavouras (fundamental para a produção de ração a baixo custo), e

EXPEDIÇÕES

Teoria da História & Historiografia
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

viabilidade do chamado milho “safrinha”. Segundo o zoneamento agrícola do Instituto Agrônômico do Paraná, o oeste e parte do sudoeste do estado oferecem condições adequadas para o cultivo do milho safrinha, o que significa que era possível realizar duas colheitas de milho em um ano, devido ao clima ameno do inverno, ao contrário do que ocorre na maioria das regiões do sul do Brasil (INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ, 2015). Como se pode perceber essa era uma tremenda vantagem, pois o milho era o maior custo de produção da suinocultura (FAEP, 1975, p. 36-37).

Essas condições ecológicas e sociais, além do asfaltamento da rodovia que liga a região oeste a Curitiba e São Paulo, foram fundamentais para o sucesso do frigorífico da Sadia. A seguir, apresentamos os principais frigoríficos do estado no período 1969-74, para se ter um comparativo:

Tabela 2 – Número de suínos abatidos no estado do Paraná nos principais frigoríficos (1969-1974)

Empresas Filiadas	1969	1970	1971	1972	1973	1974
1. Frigobrás - Cia. Brasil de Frigoríf.	173.199	180.062	234.700	212.052	304.343	315.596
2. Comabra - Cia de Alimentos do Bras.	91.013	133.342	141.259	176.983	200.826	209.468
3. Frigorífico Medianeira S/A	89.742	124.099	158.824	183.405	196.504	165.285
4. Frigorífico Rondon S/A	1.020	18.171	36.283	36.385	43.221	40.212
5. Frig. Luso-Brasileiro Central Ltda	13.506	11.922	22.856	15.329	21.564	18.312
6. Paraná Pecuária Ind. Com. S/A	11.424	11.576	9.870	7.512	6.754	12.714
7. Coop. Central de Latic. do PR.	-	-	-	-	-	10.367
8. Frigorífico Maringá S/A	-	-	-	3.320	6.800	5.727
9. Frigorífico Santo Antonio S/A	2.853	2.965	5.742	3.556	5.191	1.828
10. CATEI S/A	13.248	17.623	20.524	22.069	24.879	1.809
11. Frigorífico Argus S/A	1.293	1.788	3.617	5.342	6.237	1.579
12. Frigorífico Iguaçu Ltda	-	-	-	-	-	1.485
13. Central Ind. Com. de Carnes Ltda	-	-	-	4.889	6.370	896
14. Frigorífico Bacacheri Ltda	1.316	1.445	1.661	1.722	1.411	465
15. Frigorífico Guapeva S/A	-	-	2.573	39	-	-
16. Frigorífico Platinense S/A	1.585	1.615	1.662	-	-	-
Totais	400.199	504.608	639.571	672.603	824.100	785.743

Fonte: STEFANELO (1976)

Como se pode perceber pela tabela, os maiores frigoríficos do estado estavam concentrados no oeste, (Frigobrás, Medianeira e Rondon), sendo a única exceção o frigorífico Comabra, de Ponta Grossa, antiga região para onde convergiam os tropeiros de suínos, por ser importante cidade comercial e entroncamento ferroviário estratégico da linha São Paulo – Rio Grande. Se somarmos a participação desses três frigoríficos do oeste, eles representavam 66% de todos os abates do estado em 1974. Esse número se torna muito mais relevante se observarmos que, de acordo com a mesma fonte, 56% dos suínos abatidos no Comabra eram provenientes do oeste e sudoeste do estado e 29% provenientes de Santa Catarina (STEFANELO, 1976, p. 17).

Como se pode inferir através desses dados o poder de pressão destes frigoríficos sobre os criadores, apoiados ainda pelos técnicos governamentais da extensão rural, era muito grande. Os frigoríficos pagavam por páginas inteiras nos jornais locais para fazer propaganda e divulgar conhecimentos técnicos aos criadores sobre a relação com os animais.

Da Frimesa Para o Criador [...] A alimentação do leitão [...] Amigo suinocultor: Crie bem o leitão e aumente muito o lucro de sua suinocultura. Você já reparou que um leitão que é desmamado com pouco peso, jamais será um suíno que cresce ligeiro, ficando sempre um refugo? Compara este refugo com outro leitão que tem bom peso ao desmame e veja se há vantagem. Use boa alimentação e bons cuidados e tenha esta vantagem (O ENCONTRO, 1968, p. 11).

Os técnicos da ACARPA sintonizavam-se aos interesses dos frigoríficos.

Em nossa redação, o Sr. Paulo Dodo de Oliveira, supervisor local da Acarpa, fala com entusiasmo do “Curso de Suinocultura” a ser realizado em Medianeira de 20 a 30 de novembro, para 30 criadores abrangendo os municípios de Matelândia, Medianeira e Capanema. As maiores autoridades no assunto farão conferências e palestras na ocasião. É de se ressaltar a participação da Acarpa na melhoria dos rebanhos suínos da região, principalmente em Medianeira, onde há propriedades selecionadas que funcionarão como exemplos e servirão como unidades de vendas de reprodutores (O ENCONTRO, 1968, p. 4).

Os frigoríficos e os técnicos dos órgãos governamentais convenceram os produtores a introduzir as novas raças importadas de suínos (*Duroc, Berchshire, Wessex, Sadblack, Hampshire, Large White e Landrace*) e todo um conjunto de técnicas como pocilgas apertadas, rações nutricionalmente adequadas, remédios, vacinas e antibióticos visando ao mesmo tempo um crescimento acelerado dos animais e soluções para as questões sanitárias resultantes das condições artificiais de confinamento (ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA, 1957; ACARPA, 1965; ACARPA, 1970; ACARPA, 1979; SUDESUL, 1980, p. 38). Todas essas técnicas e métodos de criação foram introduzidos sem levar em consideração o bem-estar animal, exceto nos casos específicos em que havia claramente um sinal de prejuízo econômico pela perda de animais ou deficiência de crescimento/rendimento.

O esforço governamental e dos frigoríficos em disciplinar e modernizar a produção de suínos culminou na elaboração de um documento técnico publicado em 1976, chamado “Sistemas de produção para suínos”, com 101 páginas. Esse documento contou com a colaboração de 50 pessoas, entre técnicos, pesquisadores e produtores, provenientes de instituições de credibilidade frente ao governo, aos frigoríficos e aos criadores, como a EMBRAPA, a ACARPA, a Associação Paranaense de Suinocultores, o IAPAR, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, a ESALQ/Piracicaba, a Faculdade de Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, a UFPR e a UFMG. Na apresentação do documento aparecem as expectativas quanto ao significado do mesmo perante o setor: “Graças a este esforço comum hoje as regiões do oeste e do sudoeste são contemplados com este documento, cuja implantação demarcará uma nova etapa na suinocultura paranaense” (EMBRAPA, 1976, p. 3).

Nesse documento, uma série de práticas agressivas e dolorosas aos suínos era recomendada para o bom funcionamento das granjas de produção. De forma geral, chama atenção a ausência da utilização de anestésicos numa série de procedimentos dolorosos, o que obviamente seria um custo adicional inaceitável para um setor que começava a buscar uma competitividade internacional e uma margem de lucro maior frente aos custos de produção (DALLA COSTA, 1999).

Logo ao nascer, recomendava-se “cortar os dentes rentes à gengiva, com alicate próprio, tendo o cuidado de não deixar os tocos ponteados”. No terceiro dia de vida, recomendava-se “praticar caudoctomia (corte do rabo), [...] rente à inserção da cola”, para evitar práticas de canibalismo futuras decorrentes do ambiente estressante do confinamento. Antes de completar 21 dias era recomendado aos leitões a castração. Quanto ao desmame era recomendado que fosse efetuado “de forma brusca, preferencialmente retirando-se as mães dos 35 aos 42 dias de idade” (EMBRAPA, 1976, p. 36 e 51). Além disso, em relação às porcas, recomendava-se:

[...] reduzir a alimentação em 80% do consumo durante os 3 dias anteriores à desmama (fornecer 1 kg RGL/dia). No dia da Desmama, suspender totalmente a ração. Durante os próximos 3 dias da desmama, 1 kg RGL/dia, voltando à normalidade do consumo (2-2,5 kg RCL/dia) (EMBRAPA, 1976, p. 47).

Depois do desmame, os leitões eram colocados em abrigos denominados “creches”. Esses abrigos eram divididos em celas apertadas revestidas de concreto (o que impedia contato com a terra), onde se recomendava colocar de 4 a 6 leitões por m² até que atingissem os 20 kg de peso (EMBRAPA, 1976, p. 25).

Segundo o documento, a única exceção em que os suínos deveriam ter acesso à terra era o caso das criadeiras em gestação, com a orientação de que os piquetes deveriam conservar uma área de 50m² por criadeira com pasto. Mas nesses casos, havia também uma observação: “para animais com acesso a piquetes recomenda-se o uso do destrompe” (EMBRAPA, 1976, p. 23). O “destrompe” seria necessário, segundo os técnicos, para impedir o comportamento natural dos suínos de fuçar a terra, pois dessa maneira eles destruiriam o piquete de dimensões reduzidas, conforme explica em mais detalhes uma outra publicação técnica de 1970:

O destrompe é feito com argola metálica ou arame de cobre, que colocado no focinho do porco impede que os suínos fucem, mantendo assim o pasto nos piquetes bem conservados. Isto é usado principalmente nos suínos destinados a reprodução, e a melhor idade para a colocação da argola é de 3 a 4 meses. No caso do arame, deve ser mole n. 10 ou 12, que é introduzido por uma narina saindo na outra, em seguida coloca-se um pedaço de madeira roliço, passando o arame em volta até fechar uma argola que deve ficar solta pendurada na narina, conforme mostra a figura ao lado (LAGINSKI; PIOTROWSKI, 1970, p. 36).

Figura1 – Destrompe



Fonte: LAGINSKI; PIOTROWSKI (1970)

Ainda segundo o documento da EMBRAPA de 1976 os leitões após a “creche” deveriam ser enviados para celas de “recriação” (de 60 a 120 dias, ou 20 a 50 kg) e por fim a “terminação” (de 120 a 180 dias, ou 50 a 100 kg). Essas celas, com acesso a um solário de no máximo 2 m de largura, também revestidas de concreto, eram bastante apertadas, pois era recomendado no caso das celas de recriação, 0,6 suíno por m², e nas celas de terminação, 0,9 suíno por m² (EMBRAPA, 1976, p. 26). Após ter vivido nessas condições por 180 dias, com

um peso de 100 kg, e consumido cerca de 370 kg de ração, o suíno era finalmente carregado em caminhões (também apertados) com destino aos frigoríficos, sendo que a expectativa de vida de um suíno é de cerca de 10 anos.

Como se pode perceber por esses documentos, as pocilgas apertadas impediam os suínos de se exercitarem e de realizar comportamentos naturais como fuçar a terra e tomar banhos de lama, o que era comum na época das criações tradicionais. Além disso, a ração era nutricionalmente adequada para o crescimento acelerado, porém tendia para a monotonia, não variada em termos de sabor, e impedia uma importante atividade do animal que é a busca pelo seu próprio alimento. As condições de vida dos animais, o sofrimento imposto por esses métodos de criação sequer aparece nessas fontes, pois tudo era visto de uma forma naturalizada e técnica, onde o que realmente importava era produzir mais e aumentar os lucros. Nesse sentido, o crescimento do número de abates nessas publicações era visto como um sinal de progresso.

Diferentemente dos tempos atuais, nessa época (décadas de 1960 e 1970) não se falava em direitos dos animais ou bem-estar animal no Brasil, embora já fosse um fenômeno expressivo no meio social e entre veterinários na Inglaterra, como aponta a pesquisadora Abigail Woods (WOODS, 2011). Aparentemente a discussão sobre bem-estar animal e direitos dos animais no Brasil começou a receber uma atenção mais significativa somente nos últimos 15 anos (BROOM; MOLENTO, 2004; FRASER, 2012).

Como vimos, a década de 1960 foi crucial para a transformação e adoção das práticas modernas de criação de suínos, embora algumas iniciativas já sinalizassem para essas mudanças desde a década de 1950, como a criação da Associação Brasileira de Criadores de Suínos em 1955 (ACARPA, 1965). Os fatores fundamentais colaboradores para a modernização da suinocultura a partir da década de 1960 no Paraná foram o crédito rural abundante para o cultivo das lavouras (entre elas o milho e soja) e as instalações dos frigoríficos, o asfaltamento das rodovias e o crescimento da demanda interna e externa por carne. Em contraste com esse período da modernização, em fins da década de 1950 ainda apareciam as vantagens do porco tipo banha em importantes veículos de comunicação aos criadores, como a revista *A Granja*, ou mesmo em publicações da Secretaria de Estado da Agricultura, o que denota uma outra atitude governamental e privada em relação a suinocultura até a década de 1950 (A GRANJA, 1957, p. 67; SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PARANÁ, 1957, p. 7).

O porco tipo banha foi gradualmente sendo substituído pelas raças de porcos tipo carne nas propriedades rurais, pois a aquisição/empréstimo de reprodutores era um procedimento custoso, como nos contou o especialista em suinocultura da EMATER, Remi Sterzelecki, que trabalha no setor desde 1973, e também de acordo com outras fontes (STERZELECKI, 2013; STEFANELO, 1976).

A introdução das novas raças (tipo carne) visava não só aumentar a produtividade das criações, mas fundamentalmente direcionar o setor para a carne de porco em contraposição a banha, pois houve a transformação de hábitos alimentares com a introdução do óleo de soja nas cozinhas no início da década de 1970, muito mais barato de ser produzido em larga escala do que a banha (SUDESUL, 1980, p. 34). É preciso destacar que essa transformação de hábitos alimentares no Brasil e no mundo foi em certa medida direcionada pela indústria, pois com a utilização em larga escala da parte sólida da soja para a alimentação de animais confinados e sua consequente valorização no mercado internacional, a indústria apreciava direcionar o óleo para um ramo lucrativo de negócios (CAMPOS, 2011).

A década de 1970 foi o deslanchar da modernização da agropecuária no Brasil, com crédito abundante para o setor e mercado internacional favorável aos produtos agrícolas, o que também ocorreu na suinocultura. Como reflexo dessa conjuntura, incluindo a expansão da intervenção estatal no meio rural, multiplicaram-se nessa década as publicações técnicas referentes às formas de criação de suínos (EMBRAPA, 1976; FAEP, 1975; STEFANELO, 1976). A escala de produção se manteve em patamares elevados e mesmo o mercado interno em grande expansão não era mais suficiente para absorver toda a produção. Assim, com o início das exportações em escala representativa de carne suína (e também de frango) nesta década o setor foi ficando cada vez mais dependente do mercado externo e seus riscos e flutuações (DALLA COSTA, 2005).

A modernização da suinocultura e do setor agropecuário em geral implicou num elevado êxodo rural e intenso crescimento urbano, pois as técnicas de produção na lavoura e nas granjas de animais poupavam muita mão-de-obra. Em termos das transformações de atitudes e sensibilidades em relação aos animais isso teve um significado crucial, pois agora, mais do que nunca, cada vez mais pessoas vivem afastadas, alheias a sorte dos animais que são consumidos.

Essa tendência das sociedades altamente urbanizadas e industrializadas, no rol do qual o Brasil se inseriu há poucas décadas, acabou transformando as sensibilidades em relação aos animais, como apontou Richard Bulliet (2005). Essas “novas” sensibilidades tendem a ser

favoráveis aos animais, pois o próprio abate de animais, uma prática tão antiga, passa a ser visto como algo muito mais chocante e desconfortável. Nesse sentido, e não apenas por questões sanitárias, os abatedouros apresentam cada vez mais reticências em permitir visitas, fotografias ou filmagens por parte do público.

O cidadão urbano contemporâneo conhece o porco através de vídeos e desenhos da internet, livros, jornais ou televisão. Quando muito há a aproximação com os caminhões de transporte de animais até os abatedouros, ou para aqueles poucos que conseguem obter autorização para visitar granjas ou trabalhar em frigoríficos. Ou seja, um contato cada vez mais restrito.

Na década de 1960, época do início da modernização, 70% da população paranaense vivia no campo, o que significava na prática que a maior parte da população tinha contato, senão diário, pelo menos esporádico com a vida e morte dos porcos. Em contraste, o censo de 2010 revela que apenas 14% dos habitantes do Paraná vivem no campo, e são cada vez mais comuns cidadãos urbanos de segunda e terceira geração (IBGE, 2010).

A vida no campo, incluindo a vida dos porcos, vai ficando cada vez mais distante da experiência prática da grande maioria das pessoas, embora continue sendo um setor econômico expressivo e fornecedor de alimentos comuns à maioria das pessoas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que ocorre esse distanciamento, o interesse pela sorte desses animais cresce a cada dia na imaginação do público e na produção acadêmica sobre bem-estar e direitos dos animais. Por fim, é preciso dizer que mais estudos são necessários para se entender com mais clareza os ganhos e principalmente as perdas em termos de bem-estar animal na mudança dos sistemas tradicionais para os modernos na suinocultura.

Referências

- A GRANJA. *Porcos da raça Piau*. Porto Alegre, Jan., ano 13, n.116. 1957. p. 67.
- A VOZ DO OESTE. *Notícias para o agricultor*. Toledo-PR, 10 de fev. 1968. p. 15. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- ACARPA. *Relatório anual*. 1965. Acervo: Biblioteca da EMATER.
- ACARPA. *Relatório de atividades*. 1970. Acervo: Biblioteca da EMATER.
- ACARPA. *Relatório de atividades*. 1979. Acervo: Biblioteca da EMATER.
- BACH, Arnoldo Monteiro. *Porcadeiros*. Ponta Grossa-PR: Pallotti, 2009.
- BLAXTER, Kenneth; ROBERTSON, Noel. *From Dearth to Plenty: the modern revolution in food production*. Cambridge University Press, 1995.
- BROOM, Donald M.; MOLENTO, Carla Forte M. Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas – revisão. *Archives of Veterinary Science*, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004.

- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BULLIET, Richard. *Hunters, herders and hamburgers: the past and future of human-animal relationships*. New York: Columbia University Press, 2005.
- CAMPOS, Margarida Cassia. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 161-191, 2011.
- CRONON, William. *Nature's metropolis: Chicago and the great West*. New York: W.W. Norton & Company, 1991.
- DALLA COSTA, Armando João. A Perdigão, a passagem do poder e a profissionalização nas empresas familiares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, VII, 2005, Conservatória-RJ. *Anais...* Conservatória- RJ, 2005. p. 1-20. (CD-ROM). Disponível em: <http://www.empresas.ufpr.br/perdigao.pdf>. Acesso em: 30 out 2015.
- DALLA COSTA, Armando João. A Sadia e o pioneirismo industrial na agroindústria brasileira. *Revista História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, n. 1, p. 109-144, fev. 1999.
- DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. *O rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- EMBRAPA. Sistemas de produção para suínos: Paraná – regiões oeste e sudoeste. Francisco Beltrão-PR, 101p. 1976. Acervo: Biblioteca da EMATER.
- ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA – PROJETO N.15. Relatório. 1957. Acervo: Biblioteca da EMATER.
- FAEP. A suinocultura paranaense: realidade e perspectivas. Curitiba, 106p. 1975. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- FARIAS, Anderson; RECK, Brígida; FRISKE, Lizete. *Um olhar sobre a história da suinoculturana região do grande Santa Rosa*. Santa Rosa-RS: Lucano Cultura e Marketing, 2010.
- FEDERICO, Giovanni. *Feeding the world: an economic history of agriculture, 1800-2000*. 2 ed. Princeton-NJ: Princeton University Press, 2009.
- FINLAY, Mark R. Hogs, antibiotics, and the industrial environments of postwar agriculture. In: SCHREPFER, Susan R.; SCRANTON, Philip. *Industrializing organisms: introducing evolutionary history*. New York and London: Routledge, 2004.
- FITZGERALD, Amy J. A social history of the slaughterhouse: from inception to contemporary implications. *Human Ecology Review*, v. 17, n. 1, p. 58-69, 2010.
- FRANKLIN, Adrian; WHITE, Robert. Animals and modernity: changing human-animal relations, 1949-98. *Journal of Sociology*, v. 37, n. 3, p. 219-238, 2001.
- FRASER, David. *Compreendendo o bem-estar animal: a ciência no seu contexto cultural*. Londrina: Eduel, 2012.
- FROEHLICH, Graciela. Carne(ar), no passado e no presente: hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães. *Campos*, v. 12, n. 2, p. 69-82, 2011.

- FUDGE, Erica. What was it like to be a cow?: history and animal studies. In: KALOF, Linda. *The Oxford handbook of animal studies* (forthcoming). 2014. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199927142.001.0001/oxfordhb-b-780199927142-e-28>. Acesso em: 2 nov 2015.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HORTA, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, TX, v. 41, n. 1, p. 3-26, fev. 2006.
- HRIBAL, Jason C. Animals, agency, and class: writing the history of animals from below. *Human Ecology Review*, v. 14, n. 1, p. 101-112, 2007.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Vol.41. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 837p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf Acesso em: 30 out 2015.
- IBGE. Sinopse do censo demográfico 2010. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 30 out 2015.
- INGRAM, Darcy. Beastly Measures: Animal Welfare, Civil Society, and State Policy in Victorian Canada. *Journal of Canadian Studies*, Toronto, v. 43, n. 1, p. 221-252, Inverno 2013.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). Zoneamento da Cultura de Milho 2ª Safra. 2015. Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1089>. Acesso em: 30 out 2015.
- IPARDES. *Estudo de integração de pólos agroindustriais do Paraná*. Volume 2. 1977. Acervo: Biblioteca do IPARDES.
- KEAN, Hilda. *Animal rights: political and social change in Britain since 1800*. London: Reaktion, 1998.
- KEAN, Hilda. Challenges for historians writing animal–human history: what is really enough? *Anthrozoos*, v. 25, supplement, p. S57-S72, 2012.
- LAGINSKI, Joaquim Felipe; PIOTROWSKI, Leopoldo. *Curso de suinocultura*. Marechal Cândido Rondon – PR: Sindicato Rural, Prefeitura Municipal, Acarpa, 1970. 76p. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- LEE, Paula Young (ed). *Meat, Modernity, and the rise of the slaughterhouse*. Lebanon-NH: University Press of New England, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 211-216, 2009.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.
- MIZELLE, Brett. *Pig*. London-UK: Reaktion Books Ltd, 2011.
- O ENCONTRO. A alimentação do leitão. Medianeira-PR, 1968. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

- O ENCONTRO. Síntese oestina. Medianeira-PR, 1968. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- PARANÁ SUINÍCOLA. *Inseminação artificial de suínos*. CIAS – Francisco Beltrão. Curitiba-PR, ano 1, n. 1. 1980, p. 16-19. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. São Paulo: Intrínseca, 2007.
- REGAN, Tom. *Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais*. Porto Alegre: Lugano, 2006.
- RITVO, Harriet. Animal planet. *Environmental History*, v. 9, n. 2, p. 204-220, 2004.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PARANÁ. *Boletim quinzenal*. Curitiba-PR, ano 6, n. 14, mai. 1957.. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- SINGER, Peter. *Libertação animal: o clássico definitivo pelos direitos dos animais*. WMF: Martins Fontes, 2010.
- STEFANELO, Eugenio L. et al. Plano de desenvolvimento da suinocultura do estado do Paraná. Curitiba, Secretaria de Estado da Agricultura. 1976. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.
- STERZELECKI, Remi. Entrevista concedida a Miguel M. X. de Carvalho e Bruno G. Provin. Curitiba-PR, 12 abril 2013.
- SUDESUL. Programa de Agroindústria: a suinocultura na região sul. Porto Alegre, Ministério do Interior, SUDESUL, 1980. Acervo: Biblioteca da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná.
- TAUGER, Mark. *Agriculture in World History*. Florence, KY, USA: Routledge, 2010.
- TEIXEIRA, Francisco. *Sadia 50 anos: construindo uma história*. São Paulo: Prêmio, 1994.
- TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata (org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 100-119.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Michael D. This Little Piggy Went to Market: The Commercialization of Hog Production in Eastern North Carolina from William Shay to Wendell Murphy. *Agricultural History*, v. 74, n. 2, p. 569-584. Primavera, 2000.
- VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida. *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional*. Concórdia-SC: Universidade do Contestado-UnC, HISED, 2006. p. 43-51.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- VISAK, Tatjana. *Killing happy animals: explorations in utilitarian ethics*. Palgrave Macmillan, 2013.

WHITE, Sam. From globalized pig breeds to capitalist pigs: a study in animal cultures and evolutionary history. *Environmental History*, v. 16, p. 94-120, jan. 2011.

WOODS, Abigail. From cruelty to welfare: the emergence of farm animal welfare in Britain, 1964-71. *Endeavour*. v. 36, n. 1, p. 14-22, 2011.

WOODS, Abigail. Rethinking the history of modern agriculture: British pig production, c.1910-65. *Twentieth Century British History*, v. 23, n. 2, p. 165-191, 2012.

Lista de Siglas

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PETA – People for the Ethical Treatment of Animals

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

WSPA – World Society for the Protection of Animals

EXPEDIÇÕES

Teoria da História & Historiografia
Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016